

DIREITOS E DEVERES BASEADOS EM PINÓQUIO

MARIANO, Maria Eduarda de Barros¹
OLIVEIRA, Iris Cochak Gracioli de²
SANTOS, Beatriz Evaristo dos³
SOUZA, Julia Santos de⁴
Orientadora Profa Dra Patricia de Mello⁵
Orientador Prof Dr Wagner Tadeu⁶

RESUMO: O presente projeto extensionista, vinculado à curricularização do 1º ano de Direito da Universidade Estadual do Paraná, *Campus* Apucarana, busca apresentar conceitos de direitos, deveres, cidadania e justiça às crianças utilizando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) como base. Inicia-se com uma explicação desses conceitos, seguida pela leitura da história de Pinóquio. A atividade principal é um caça ao tesouro, na qual os cartões são espalhados pelo local, e as crianças são encorajadas a encontrar e participar de uma interação com base nas perguntas contidas neles. O objetivo é que as crianças expressem seus entendimentos, e os organizadores ampliem esses conceitos enquanto os relacionam ao ECA. A atividade termina com uma dica sobre a localização do tesouro, oferecido como uma recompensa simbólica pela participação. Essa abordagem lúdica e interativa visa envolver as crianças na compreensão de conceitos legais e éticos, usando a narrativa de Pinóquio como ferramenta de aprendizado eficaz. Em 21 de outubro de 2023, foi realizada a atividade com crianças da ONG Comander, em Apucarana/PR, a dinâmica começou com uma apresentação, em seguida as crianças receberam explicações sobre direitos, deveres, cidadania e justiça, abordando temas como educação, respeito e proteção, também a importância de respeitar regras de convivência e manter cuidados pessoais, além de contextualizar a relevância da escola e a proteção contra o trabalho infantil. Posteriormente, foi lida a história de Pinóquio para auxiliar nas perguntas do caça ao tesouro. Ao final da atividade, as crianças foram recompensadas com brindes como reconhecimento pela participação.

¹Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: eduardaplacidio@gmail.com

²Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: irisgracioli@hotmail.com

³Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: bea_evaristo@hotmail.com

⁴Acadêmica do Curso de Direito, Universidade Estadual do Paraná, Campus Apucarana, 1º ano, 2023. E-mail: oshjulia68@gmail.com

⁵Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (2015), possui graduação em Direito pela Faculdade de Direito de Curitiba (1991) e mestrado em Ciência Jurídica pela Faculdade Estadual de Direito do Norte Pioneiro (2003), atual Universidade Estadual do Norte do Paraná. A experiência acadêmica e profissional de 30 anos é comprovada pela atuação em sala de aula, como Coordenadora do Curso de Direito da FACEAR, como assessora jurídica e professora da UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PARANÁ, desde 1999. Atuou na área cível, com escritório próprio em Curitiba, por 20 anos. É especialista em Metodologia Científica e em Educação Especial e Direito Matrimonial e Processual Canônicos, tem experiência no ensino fundamental, médio, superior e na pós-graduação. Em seus estudos independentes procura dialogar sobre Direito e Educação, no contexto atual. Pesquisadora na área do Direito, Educação e Paulo Freire. É Professora Adjunta do Ensino Superior no Paraná, atualmente Coordenadora do Curso de Direito do Campus de Apucarana.

⁶ Possui Graduação em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (1987), Graduação em Pedagogia pela Universidade Castelo Branco, UCB/RJ, Rio De Janeiro, Brasil (2010) e Mestrado em Direito Negocial pela Universidade Estadual de Londrina (2007). Doutor em Educação pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, UNESP. Atualmente é Professor Adjunto da UNESPAR/FECEA, atuando principalmente nos seguintes temas: ética, direitos fundamentais e políticas públicas. Desenvolve Projeto de Pesquisa sobre Inclusão de Estudantes Especiais no Ensino Superior. Participa do Grupo de Pesquisa que trata sobre diferença, desvio e estigma.

PALAVRAS-CHAVE: pinóquio; cidadania; direitos; deveres; justiça.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.** Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Das Disposições Preliminares. Brasília, DF: Presidência da República, [1990]. Disponível em <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm>. Acesso em: 20 set. 2023.

NOBUSA, L. A. **Pinóquio.** São Paulo: Ciranda Cultural, 2018.